

Presente na visão da Economia Política Clássica havia um entendimento muito simples e que seria negligenciado no século subsequente: a presença do poder estatal afeta a distribuição da riqueza na sociedade, e portanto há uma necessária politização da atividade econômica (Gilpin, 1987, p. 4). Além disso, no sentido inverso, a distribuição desigual dos recursos pode gerar um efeito social e politicamente disruptivo, gerando, portanto, uma preocupação econômica na atividade política. A relevância do estudo da Economia Política decorre da aceitação de que o demarcador da sociedade moderna é o modo de produção capitalista, inserido no espaço do estado-nacional soberano, e o efeito dessa interação dialética na distribuição dos recursos necessários à sobrevivência humana. Ao entender que formas alternativas de organização social produzem efeitos diversos sobre esta distribuição, os atores sociais passam a ter incentivos para buscar a matriz que melhora seu bem-estar, individual ou coletivamente, dependendo do viés interpretativo que escolhermos, mas sempre tendo em mente que a todo caminho associa-se um custo de oportunidade.

Neste artigo, procuramos revisar as principais idéias e premissas que compõem os diferentes programas de pesquisa da chamada Economia Política Internacional. Enraizada nos clássicos, a nova EPI institucionalizou-se apenas nos anos 1970, quando do fim do modelo de Bretton Woods e da primeira crise do petróleo, após um século de “negligência mútua” entre as ciências econômicas e políticas (Strange, 1970), desde a revolução marginalista em 1870. Como disciplina independente, a EPI carece, no Brasil, de manuais e especialistas. Buscamos, portanto, contribuir para a compreensão ontológica, epistemológica e histórico-evolutiva de seus programas de pesquisa.

Por outro lado, tanto a literatura nacional quanto internacional não oferecem uma apresentação sistemática meta-teórica de sua vasta produção. Uma das confusões mais evidentes está presente na disputa entre os que entendem a EPI como uma sub-disciplina das Relações Internacionais e os que afirmam o inverso. Nem uma coisa nem outra, entendemos que a EPI apresenta elementos suficientes para configurar-se numa disciplina independente, não subordinada às Ciências Econômicas ou Políticas, e tampouco às Relações Internacionais. Apesar da recorrente intersecção temática, estas disciplinas partem de diferentes perguntas e, por vezes, suposições (Gilpin, 1987). Portanto, não há aqui a pretensão de um trabalho de revisão exaustivo, mas

sugestivo, capaz de lançar alguma luz sobre o movimento, já tardio, de auto-determinação da disciplina no Brasil.

A primeira parte do trabalho trata da orientação ontológica das diferentes correntes fundantes da economia política. Para tanto, o foco está nas diferentes premissas acerca da forma em que se relacionam o indivíduo, o Estado e o mercado em cada uma das três tradições; bem como seu entendimento sobre a melhor forma de problematizar seus questionamentos. No entanto, isso não impede que diferentes tradições encontrem pontos de intersecção. Assim, mercantilistas e marxistas podem estar igualmente preocupados com aspectos distributivos, mas enquanto os primeiros estão preocupados com a esfera da circulação, os outros focam na esfera da produção. Ainda, ambos podem estar preocupados com o nível internacional e sistêmico da análise, enquanto outra parcela dos marxistas divide com os liberais a sua preocupação com o nível sub-estatal, ou com a “primeira” e “segunda” imagens

A seguir, apresentamos a nova EPI, que vem crescendo desde os anos 1970 dentro do que Benjamin Cohen (2008) chama de duas grandes escolas, a Americana e a Britânica. Estes dois grandes grupos, apesar de muito heterogêneos, apresentam elementos unificadores no nível ontológico e epistemológico de suas agendas de pesquisa. Enquanto os primeiros preservam a centralidade do Estado, a influência das ciências políticas, economia neoclássica e institucionalismo; os segundos apresentam uma agenda bastante diversificada. Fundamentalmente, nos interessa o viés cientificista e médio-teórico dos Americanos, propondo-se a desenvolver teorias puramente descritivas, em contraste com o normativo assumido dos Britânicos e sua postura valorativa em busca da mudança social mais profunda.

Concluimos com algumas breves considerações finais sobre a capacidade de compartimentalização dos diferentes programas de pesquisa em categorias tão restritas, esperando haver contribuído para o melhor entendimento do caminho intelectual desta disciplina.